

ATA N.º 5/2020

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 4 DE MARÇO DE 2020:

No dia quatro de março de dois mil e vinte, pelas quinze horas e treze minutos, no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristovão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Adilo Oliveira Costa, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo e José Calado Gertrudes.

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – 2.ª Alteração Permutativa ao Orçamento 2020 e Grandes Opções do Plano 2020-2023 - Ratificação

PONTO 2 – Processos disciplinares n.ºs. 8 e 9/2019 – Aplicação de sanção disciplinar

PONTO 3 – Transferência financeira para o Agrupamento de Escolas José Saramago- despesas de funcionamento com o edifício do 1.º ciclo (água, eletricidade e gás) – Ano letivo 2019/2020

PONTO 4 – Tarifa de inscrição no 17.º Curso sobre Ordens Militares

PONTO 5 – Protocolo de Cooperação entre os Municípios de Palmela e Guimarães

PONTO 6 – Atribuição de apoio financeiro à Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida para realização da 26.ª edição do Festival Queijo, Pão e Vinho

RETIRADA DO PONTO 2 – Processos disciplinares n.ºs. 8 e 9/2019 – Aplicação de sanção disciplinar

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

APROVAÇÃO DE ATA

Ao abrigo do preceituado nos n.ºs. 2 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a Câmara Municipal de

Palmela delibera a aprovação da seguinte ata, sendo a mesma assinada pelo Sr. Presidente e por quem a lavrou. Foi dispensada a leitura da mesma, por unanimidade, por ter sido previamente distribuída a todos os membros do órgão executivo:

— ATA n.º 3/2020, da reunião ordinária de 5 de fevereiro de 2020.

A ata foi aprovada, por unanimidade.

DESPACHOS EMITIDOS PELOS/A SRS./A PRESIDENTE, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS / CHEFE DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO E ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos / Divisão de Atendimento e Administração Geral / Licenciamentos

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 1, dos processos despachados pelos/a Srs./a Presidente, Álvaro Amaro; Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, Paulo Pacheco, e Chefe da Divisão de Atendimento e Administração Geral, Pilar Rodriguez, no período compreendido entre 19.02.2020 e 03.03.2020.

DESPACHOS EMITIDOS PELO/A SR./A PRESIDENTE E VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito da Departamento de Administração Urbanística

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 17.02.2020 e 28.02.2020.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 19.02.2020 a 03.03.2020, no valor de 1.911.037,70 € (um milhão, novecentos e onze mil, trinta e sete euros e setenta centimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 3.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 03.03.2020, apresenta um saldo de 12.341.153,14 € (doze milhões, trezentos e quarenta e um mil, cento e cinquenta e três euros e catorze cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 11.054.514,80 € (onze milhões, cinquenta e quatro mil, quinhentos e catorze euros e oitenta cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 1.286.638,34 € (um milhão, duzentos e oitenta e seis mil, seiscentos e trinta e oito euros e trinta e quatro cêntimos).

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

. **Saudação** (Dia Internacional da Mulher) – dos/a eleitos/a da CDU.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Dia Internacional da Mulher) – dos/a eleitos/a do PS.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Mário Silva).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Vasco Oliveira).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Dia Mundial da Proteção Civil).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** passa à leitura da saudação que se transcreve:

. **Saudação** (Dia Internacional da Mulher) – dos/a eleitos/a da CDU.

“Mais de quatro décadas nos separam da proclamação do dia 8 de março como Dia Internacional da Mulher pelas Nações Unidas e, não obstante os avanços registados, nomeadamente, em termos legislativos e da afirmação de direitos, são perturbadores os

padrões que se perpetuam na sociedade e configuram, mesmo, retrocessos que devem envergonhar-nos, coletivamente, e incentivar-nos a aprofundar a reflexão, o debate e a luta. Tais padrões e retrocessos demonstram que medidas progressistas dificilmente poderão obter resultados se o pensamento dominante não acompanhar esta evolução. Em Portugal, vários acórdãos judiciais proferidos em casos de violência doméstica ou disputa parental, dados estatísticos sobre desemprego, valor dos salários ou precariedade ou a comparação entre o número das mulheres que frequentam o ensino superior e das que alcançam lugares de topo nas organizações em que trabalham ou participam demonstram que nos encontramos, ainda, numa sociedade altamente conservadora e patriarcal.

A família e a comunidade aceitam que a mulher trabalhe fora de casa, hoje em dia, até por uma questão de reforço do orçamento familiar, mas exigem-lhe que continue a cumprir com os seus “deveres” ancestrais de dona de casa, de mãe, de esposa, de cuidadora dos mais velhos e desvalidos. Sob a capa perversa da emancipação e da libertação sexual, as indústrias da moda, do espetáculo e da saúde, entre outras, pressionam a mulher a ir cada vez mais longe na obtenção da figura perfeita, na rejeição do envelhecimento natural e no cumprimento de cânones de beleza cada vez mais exigentes, que resultam, não raras vezes, em distúrbios alimentares e do foro mental.

Os números da violência doméstica que continuam a registar-se em Portugal não dão tréguas e demonstram que muito há ainda por fazer nesta área. Os dados divulgados como balanço de 2019 indicam que 35 pessoas morreram em contexto de violência doméstica – 27 mulheres, 7 homens e uma criança. Pessoas que morreram às mãos da família ou companheiras/os, pessoas que encontraram nas suas casas não o refúgio de paz e conforto que traduz um verdadeiro lar, mas o inferno. Estes duros números não integram tantas outras pessoas que continuam a ser vítimas de violência física e psicológica no namoro, no casamento, à mercê de filhas/os ou outros familiares, reféns de ameaças, de pressões sociais ou de chantagem económica.

Já o relatório das Nações Unidas relativo a 2018 dá-nos uma dimensão deste flagelo no mundo e revela que a cada 6 horas, uma mulher é vítima de femicídio e mais de 58% foram assassinadas por conhecidos, companheiros ou ex-parceiros. A mutilação genital feminina, os raptos de crianças, as redes de prostituição e pedofilia e o aumento do número (ou, pelo menos, dos registos) de violações em grupo pintam um retrato violento e decadente da atualidade. A 25 de novembro de 2019, Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra a Mulher, milhares de mulheres chilenas saíram para as ruas e, de olhos vendados, cantaram o tema “*Un Violador en tu Camino*”, do coletivo feminista *Las Tesis*, que procurava denunciar os números assustadores da prática da violação como forma de repressão contra as manifestações sociais e políticas no Chile, bem como o elevado número de desaparecimentos e assassinatos de mulheres manifestantes. O tema depressa se tornou um hino internacional contra todas as

formas de violência sobre as mulheres e viajou pelo mundo, em manifestações e coreografias realizadas em diversos países e línguas.

Num momento em que, em muitos pontos do globo, uma nova onda conservadora e populista faz regredir o debate sobre o tema e ameaça remeter a mulher para o seu papel tradicional na sociedade, num retrocesso inaceitável, é nosso dever resistir e ousar levar ainda mais longe esta causa. Lutar pelos Direitos das Mulheres é lutar, também, pelos Direitos da Criança, pelos Direitos da comunidade LGBTQI, pelos Direitos de quem trabalha, pelo Direito a sonhar, a amar, à expressão, a ser quem se é, sem medo da rejeição ou repressão social. É lutar pelo cumprimento dos Direitos Humanos como pilar estruturante da vida em sociedade.

Em Palmela, acreditamos que o caminho para o cumprimento deste desígnio passa, indubitavelmente, pela Educação e pela Participação cidadã, pelo que o Município tem tomado particular atenção à divulgação e sensibilização para os Direitos Humanos, com especial destaque junto do público escolar, e está fortemente empenhado no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030, onde a Igualdade de Género é um tema central. Internamente, fruto de uma política assente no mérito, as mulheres continuam a marcar presença em todos os níveis hierárquicos e a aceder a todas as áreas de trabalho, sem preconceitos. A implementação da Linguagem Inclusiva nos serviços municipais e a respetiva formação, que o Município proporcionou, também, a educadoras/es, docentes e bombeiras/os, entre outras/os, foi um importante passo – nem sempre bem compreendido - na construção de uma cultura de igualdade que, a pouco e pouco, vai quebrando a milenar visão masculina do mundo.

O Dia Internacional da Mulher é, pois, entendido pelo Município como uma oportunidade para celebrar o feminino mas, também, para honrar todas/os as/os que lutaram e lutam pela sua afirmação e pelo cumprimento de todos os Direitos Humanos. É uma oportunidade, ainda, para sublinhar a necessidade e a pertinência de continuar a debater, a refletir, a partilhar bons exemplos e a exercer a solidariedade, estimulando o envolvimento das mulheres nas várias dimensões da sociedade.

Reunida a 4 de março de 2020, a Câmara Municipal de Palmela saúda o Dia Internacional da Mulher e convida à participação ativa e entusiasta no programa comemorativo preparado pelo Município e entidades parceiras, nos dias 6 e 7 de março, com encontros, debate e eventos artísticos, bem como na Manifestação Nacional de Mulheres, que se realizará durante a tarde de 8 de março, nos Restauradores, em Lisboa, e que será um momento privilegiado de reivindicação e de festa.”

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** passa à leitura da saudação que se transcreve:

. **Saudação** (Dia Internacional da Mulher) – dos/a eleitos/a do PS.

"As desigualdades representam diferenças de acesso e de distribuição de recursos que são valorizados socialmente, como o dinheiro, o poder, a educação, a cultura e o prestígio, de acordo com a definição de João Ferreira de Almeida (2013)."

As mulheres foram e continuam a ser as principais vítimas da desigualdade de género em todo o mundo, sofrendo dessas mesmas desvantagens em relação aos homens.

Apesar de nas últimas décadas, a igualdade de género ter sido promovida no plano legislativo, quer em Portugal, quer na comunidade internacional, as inovações legislativas que têm sido apresentadas têm enfrentado, por muitos, a apatia, e até a resistência, de quem deve aplicar as leis.

Também nesta esfera, encontramos ainda muitas instituições que apregoam a igualdade de género, sem que isso se traduza numa alteração substancial das regras ou práticas discriminatórias.

É certo que um vasto caminho já foi percorrido e para isso muito contribui a designada Lei da Paridade, que representa um marco importantíssimo na promoção da igualdade de mulheres e homens em Portugal.

A "Lei da Paridade" (Lei Orgânica 3/2006, 21 de Agosto) estabeleceu que "as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais fossem compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos. Com a alteração da Lei, em 2019, esta percentagem subiu para os 40%.

Também em 2017 foi publicada a lei sobre a paridade nos cargos de decisão nas empresas públicas e nas cotadas em bolsa, no sentido de promover a representação equilibrada nestes cargos de gestão.

Têm sido importantes passos, sem dúvida. E talvez por isso, hoje, podemos afirmar que em Portugal as mulheres dominam as profissões socialmente mais prestigiadas, constituindo a maioria dos profissionais da saúde e da justiça. Dominam também no sector da educação em todos os níveis de ensino, à exceção do ensino superior, apesar da elevada proporção de mulheres doutoradas. *In Fundação Francisco Manuel dos Santos, num estudo sobre Igualdade de género ao longo da vida: Portugal no contexto europeu*

Falar em Igualdade de Género torna-se assim fundamental atualmente, isto porque a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho não foi acompanhada por um crescimento correspondente da participação dos homens na vida familiar.

O novo conceito de "modelo familiar", passa pelo facto de ambos os elementos do casal terem uma atitude ativa face ao trabalho, passando as mulheres a assumirem uma postura mais participativa na esfera pública.

E este novo conceito implica necessariamente um ajustamento na organização da vida familiar e sobretudo nas relações sociais de género, razão pela qual se torna tão premente a inclusão do princípio da Igualdade de Género em todas as esferas da sociedade.

E porquê:

- Porque apesar de em maior número, os lugares de chefia ainda são maioritariamente ocupados por homens;
- Porque ainda vivemos no estereótipo de profissões dita “masculinas” vs profissões “femininas”;
- Porque a diferença salarial entre homens e mulheres ainda é uma realidade;
- Porque ainda são maioritariamente associadas às mulheres as dificuldades de gestão do tempo no trabalho, decorrentes dos cuidados prestados à família;
- Porque ainda existem muitas barreiras psicossociais no que diz respeito à participação das mulheres na vida cívica em geral.

E por isso, todas e todos temos de lutar por mundo melhor, mais igualitário.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, tem como um dos seus objetivos (o objetivo nº 5) a Igualdade de Género, e visa alcançar a igualdade de género e empoderar todas as meninas e mulheres, a todos os níveis.

Em apoio a esta Agenda, a ONU Mulheres lançou a iniciativa “Por um Planeta 50/50 em 2030: um passo decisivo pela igualdade de género”, que implica uma organização social paritária, cuja construção depende de mulheres, homens, sociedade civil, governos, empresas, universidades e media.

Mais uma razão para caber em cada um de nós a responsabilidade de sermos nós os agentes de mudança, para um mundo melhor!

O Partido Socialista acredita que uma sociedade só é verdadeiramente democrática quando conta com a participação igualitária de mulheres e homens em todas as esferas da vida.

E recordamos as palavras do Sr. Primeiro-ministro de Portugal, Dr. António Costa, que no âmbito das comemorações do Dia da Mulher, do ano passado, e no propósito de uma mobilização conjunta de toda a sociedade, lembrou que, *“quando há ainda uma diferença de 18% em média no vencimento entre as mulheres e os homens, quando há uma grande disparidade no exercício de cargos políticos e cargos de direção”, quando existe “tanta dificuldade na conciliação entre a vida familiar, profissional e pessoal” e quando “existe uma barbaridade como os níveis de violência doméstica e de género” que se registam em Portugal, isso “significa que há muito para fazer.”*

A Câmara Municipal de Palmela, reunida a 4 de março de 2020, apela a todas as mulheres e homens para que, com a sua determinação, coragem e confiança no futuro, comemorem o Dia Internacional da Mulher, honrando todas e todos os que lutam por uma sociedade justa, livre de desigualdades e de discriminações.”

Sobre as saudações (Dia Internacional da Mulher) intervêm:

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** cumprimenta os presentes e reforça tudo o que foi dito por ambas as saudações e acrescenta um poema de Florbela Espanca sobre a mulher e a mãe, porque foi uma mulher sofrida, alentejana e que resume bem, tudo aquilo que infelizmente, muitas mulheres ainda sofreram hoje:

Bendita seja a Mãe que te gerou.
Bendito o leite que te fez crescer.
Bendito o berço aonde te embalou
A tua ama, para te adormecer!
Bendita essa canção que acalentou
Da tua vida o doce alvorecer...
Bendita seja a Lua, que inundou
De luz, a Terra, só para te ver...
Benditos sejam todos que te amarem,
As que em volta de ti ajoelharem
Numa grande paixão fervente e louca!
E se mais que eu, um dia, te quiser
Alguém, bendita seja essa Mulher,
Bendito seja o beijo dessa boca!

O **Sr. Vereador José Calado** cumprimenta os presentes e refere que o MIM revê-se em ambas as saudações, mas que pessoalmente alteraria alguns parâmetros das duas saudações, mas no essencial revê-se nas saudações. Em relação à situação de opressão das mulheres, considera que as mulheres já conseguiram, porque atualmente têm um papel perante a sociedade e até ocupam cargos de relevância na área da justiça, na Educação e em várias áreas. Depois, há aqui situações que, naturalmente ao reler as saudações, acredita que para haver oprimidas, tem de haver opressores e para haver estas situações considera que, provavelmente, vão demorar uns anos até recuperar, no entanto, entende que estas saudações são favoráveis e, naturalmente que o MIM vai votar favoravelmente as duas saudações.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** cumprimenta os presentes, saúda quem apresentou as saudações e associa-se a ambas, ou seja, no geral, concorda com o teor das mesmas e acrescenta que, apesar de haver muita legislação em Portugal, nos últimos anos, com grandes avanços, mas efetivamente ainda são insuficientes e não quer deixar de dizer que muito do que ainda há por fazer, têm de ser os homens a dar o exemplo, ou seja deixarem a sua posição que

não faz qualquer sentido de nos tempos modernos, aliás já não fazia nos tempos antigos, muito menos agora, porque efetivamente a posição social, académica e política das mulheres deve ter cada vez mais e maior relevância e se não tem, em alguns casos é, por que muitos homens não querem prescindir daquilo acham ter por direito. Portanto, considera que muito do que está feito na legislação, estava a efeito e deve ser implementado, mas é importante também que o sexo masculino dê o exemplo e faça o reconhecimento prático, com exemplos práticos, aquilo que é necessário fazer, para se chegar a uma efetiva e real igualdade. Refere ainda que, naturalmente, vai votar favoravelmente as duas saudações apresentadas.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** cumprimenta os presentes e refere que ambas as saudações estão bem escritas, bem fundamentadas e defendem os direitos da mulher. Falam dos avanços e recuos, do que há por fazer, nomeadamente nos países que já adotaram legislação em consonância com os direitos das mulheres, mas que na prática ainda há uma distância muito grande entre aquilo que se escreve e aquilo que é a realidade. Mas tem havido avanços e são significativos e, se olharem para várias partes do globo, vêm que ainda há muito para fazer que nem sequer existe em papel, nem sequer em termos legislativos está plasmado qualquer direito importante que diga respeito às mulheres. Os dados apontados em ambas as saudações, mencionam a agenda 20/30, o desenvolvimento sustentável e o tema central, a igualdade de género, que é o objetivo número 5 da Organização das Nações Unidas e de todos os países. Mas, há algo que ultrapassa isto tudo e retomando o que disse no início, é a mentalidade masculina e apenas vai falar por si próprio, portanto, dizer que há igualdade de género, que correspondem no trabalho e em casa, que, se calhar, a máquina de lavar roupa libertou a mulher e a máquina de lavar Louça, se calhar, libertou o homem, enfim, dizer isto é tudo muito bonito, mas os anos vão passando e, na prática aquela resposta tão simples, tão amável, que refere “não tenho tempo” e que acontece da parte do género masculino. Acontece até naqueles que depois vêm aqui tecer algumas considerações sobre os direitos das mulheres, portanto, é algo que tem de mudar, porque quando se fala aqui na questão do paradigma, do modelo familiar ou do conceito da mulher na nova sociedade, tem de passar também pela mentalidade e está a falar para os homens aqui presentes. Considera que não há supremacia de um género em relação ao outro, aliás a posição da CDU é conhecida e não é pela paridade em si, mas é pelo mérito que as mulheres devem alcançar estes números grandiosos que estão referenciados e refere que a Câmara Municipal de Palmela é um bom exemplo deste paradigma, pois a maioria dos cargos dirigentes estão ocupados por mulheres e são por mérito. Ainda assim, é preciso mudar, é necessário fazer um esforço suplementar para mudar, sobretudo os homens.

Salienta que vai à manifestação do dia 8 de março e considera que vai ser um momento de reflexão para aprender mais algumas coisas e para ser mais moderado nas reações que tem no dia-a-dia, que às vezes até por brincadeira. Portanto, fez esta confissão como homem e acrescenta que nunca é demais fazer este elogio ao papel das mulheres na sociedade e até acha que a sociedade nasceu matriarcal e não patriarcal, portanto, é importante que mesmo

sem paridade, valorizar, incentivar e respeitar o direito das mulheres desta sociedade, porque ainda há mulheres apedrejadas, ainda há mutilação genital feminina e enquanto isso acontecer, infelizmente, ainda estão muito atrasados, ainda há muito trabalho a fazer e por isso, saúde todas as mulheres que estão aqui nesta sala e todas aquelas que acompanham a reunião.

O **Sr. Presidente** sublinha a justeza de ambas as saudações, com mais enfoque numa ou noutra matéria e refere que ainda há quem defenda aquela via da assunção plena da igualdade por via legislativa de quotas, que acredita ser um caminho que, infelizmente, teve de ser percorrido, porque de outra forma a transformação ainda seria mais lenta. Mas salienta que prefere apostar, sobretudo, na educação e na transformação de mentalidades, no combate a um conjunto de barreiras culturais, sociais e religiosas que continuam a criar desigualdades, aliás, uma desigualdade social, também baseada no género. Tal como Sr. Vereador Adilo Costa referiu, também se sente um privilegiado por trabalhar numa organização onde a maioria são mulheres, onde a maioria dos cargos dirigentes são ocupados por mulheres, onde não têm estereótipos, pois existem mulheres a trabalhar em qualquer função, porque foi a sua opção, porque foram melhores nos concursos, porque estas questões têm de continuar a ser baseadas no mérito e não na condição de género. Existe um Plano Municipal de Igualdade de Género em elaboração na autarquia, aliás, já estava numa fase de inquirição a toda a vereação, mas por uma questão legislativa e técnica do RGPD – Regulamento Geral sobre Proteção de Dados, o inquérito que já tinha sido ministrado a algumas pessoas, teve de parar e está a ser revisto. Depois, mesmo antes de ter um Plano aprovado, no município de Palmela têm o privilégio de ter uma prática, uma linguagem inclusiva, seja naquilo que já é feito na organização em termos de contratação, nomeação, em termos de medidas para a conciliação da vida pessoal e familiar, também medidas que visam combater o assédio e, portanto, tem sido este o caminho que responsabilmente tem sido construído.

Por fim, apela à participação nas múltiplas manifestações culturais, sociais e políticas que vão decorrer neste momento e que é necessário continuar a promover. Recorda que o município, para além do espetáculo que é feito por mulheres, cantado por mulheres, como vai ser o espetáculo da Conceição Silva no dia 6 de março à noite, destaca o convívio dedicado à mulher e às trabalhadoras do município, também no dia 6, a partir da hora de almoço, e por isso deixa aqui também o convite para que todos e todas possam estar presentes, numa mesa-redonda, num debate com oito mulheres, uma de cada sector, que irão falar, precisamente, sobre esta questão da condição de mulher, para além de outras manifestações culturais que estão relacionadas com esta efeméride, destaca também a manifestação nacional que irá decorrer no domingo.

Submetida a saudação (Dia Internacional da Mulher) dos/a eleitos/a da CDU a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Submetida a saudação (Dia Internacional da Mulher) dos/a eleitos/a do PS a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** passa à leitura das saudações, relativas a Mário Silva e a Vasco Oliveira, que se transcrevem:

. Saudação (Mário Silva).

"Mário Silva, judoca do Judo Clube de Pinhal Novo, sagrou-se Campeão Nacional de Veteranos, escalão M5 e M6, +90k, no Campeonato Nacional de Veteranos, que se realizou no dia 1 de março, em Odivelas.

Reunida em Palmela, a 4 de março, a Câmara Municipal de Palmela saúda Mário Silva pelo título alcançado, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva e que continue a dignificar o concelho."

Submetida a saudação (Mário Silva) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. Saudação (Vasco Oliveira).

"Vasco Oliveira, judoca do Judo Clube de Pinhal Novo, sagrou-se Campeão Nacional de Veteranos, escalão M3, -81k, no Campeonato Nacional de Veteranos, que se realizou no dia 1 de março, em Odivelas.

Reunida em Palmela, a 4 de março, a Câmara Municipal de Palmela saúda Vasco Oliveira pelo título alcançado, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva e que continue a dignificar o concelho."

Submetida a saudação (Vasco Oliveira) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** passa à leitura da saudação que se transcreve:

. Saudação (Dia Mundial da Proteção Civil).

"O Dia Mundial da Proteção Civil ou Dia Internacional da Proteção Civil celebrou-se no passado dia 1 de março. Esta data foi instituída pela Organização Internacional de Proteção Civil e comemora-se esta efeméride em Portugal por despacho do Ministro da Administração Interna.

A proteção civil é uma atividade desenvolvida pelo Estado com a finalidade de prever riscos coletivos inerentes a situações de acidente ou catástrofe, de eliminar os seus efeitos, proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo.

O concelho de Palmela é no âmbito do território nacional um bom exemplo de apoio descentralizado às ações de prevenção, de formação, de ação no terreno dos agentes de proteção e muito especial das três corporações de Bombeiros Voluntários do Concelho.

A Câmara Municipal de Palmela, reunida a 4 de março de 2020, saúda todos os profissionais e voluntários que fazem o seu trabalho com muito esforço, com dedicação e profissionalismo em prol da segurança das pessoas e bens, às quais devemos um sincero agradecimento e máximo respeito.”

Sobre a saudação (Dia Mundial da Proteção Civil) intervêm:

O **Sr. Vereador José Calado** relativamente a esta saudação, refere que fica satisfeito, sobretudo por estar ligado à área da proteção civil, no entanto, preferia que em vez de fazer saudações, o Sr. Ministro da Administração Interna financiasse os corpos de bombeiros com aquilo que eles precisam e que têm necessidade para exercerem a sua atividade diariamente e, ao mesmo tempo, que o Sr. Ministro da Administração Interna criasse condições para as corporações de bombeiros se poderem reequipar, porque é uma necessidade urgente que é sentida a nível nacional. Independentemente das boas intenções, na realidade é necessário fazer alguma coisa pela proteção civil a nível nacional e não tem sido feito, por isso quer aqui marcar essa posição, apesar de votar favoravelmente esta saudação, não pode deixar de acrescentar que o Sr. Ministro da Administração Interna deve, acima de tudo, ter ações concretas que possam resolver o problema dos corpos de bombeiros e não apenas fazer sair despachos que, provavelmente para os corpos de bombeiros tem pouca validade.

O **Sr. Presidente** congratula-se com a pertinência desta saudação, porque considera positivo evocar com frequência questões ligadas à proteção civil, até porque a cultura de segurança deve fazer parte dos hábitos de vivência quotidiana, prevenindo inúmeros riscos. Aproveita também para referir que a data foi celebrada no concelho de Palmela, com ações da Academia da Proteção Civil e do Serviço Municipal de Proteção Civil que, de facto, têm no concelho um modelo que é bem visto, quer pela tutela, quer pelos parceiros, vizinhos e de outros pontos do país, relativamente ao trabalho e à cooperação existente nesta área, entre o serviço municipal, as corporações de bombeiros, a GNR e outros agentes de proteção civil onde existem projetos e trabalho feito com mérito. Porém, como disse o Sr. Vereador José Calado, estão numa fase em que tendo já conseguido muito, está a passar muito tempo sem que se defina programas e prioridades de investimento para a área do reequipamento, em particular das associações de bombeiros e, ainda esta manhã tinha uma reunião marcada com a Sra. Secretária de Estado da Proteção Civil, precisamente para falar das candidaturas das viaturas, da disponibilização de um terreno municipal para Coordenação Distrital da Proteção Civil que, parece que está para acabar e centralizar em Lisboa, o que até é estranho para um governo que aposta na descentralização nesta matéria, porque é uma concentração, que não é benéfica e, sobretudo, num distrito cujo CDOS e o CODIS sempre tiveram uma atuação irrepreensível e que são também um caso de

estudo para outros pontos do país. Portanto, essa reunião foi adiada para daqui a 8 dias e espera levar, entre outras preocupações que dizem respeito à proteção civil, até porque estão na fase das campanhas de limpeza dos terrenos e de preparação de um conjunto de intervenções e, de facto, tem de haver uma mudança de atitude face à proteção civil. Depois, como responsável máximo da proteção civil no concelho e como autarca, considera que tem de apresentar estas questões à tutela, têm de ser parceiros nesta matéria, porque não só o município tem reivindicado, como também assumido uma parte dos financiamentos e na responsabilidade para resolver assuntos e encontrar soluções, e poderem encarar a vivência quotidiana, com um sentimento de segurança e confiança nas corporações, que deviam estar bem equipadas, com um serviço municipal bem apoiado e, portanto, é um caminho que querem aproveitar, até pelo conhecimento que a atual Sra. Secretária de Estado da Proteção Civil tem do distrito e do trabalho que tem sido desenvolvido, ainda que considere que o Orçamento de Estado para esta área tenha ficado um pouco aquém das expectativas.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que a saudação incide exatamente sobre essa questão, ou seja, não é um projeto reivindicativo, é meramente uma saudação e, há que distinguir bem o que é uma moção e o que é uma saudação. Uma saudação privilegia o aspeto positivo do esforço de todos aqueles e aquelas que trabalham diariamente para que a proteção civil, seja com os profissionais da proteção civil, seja com os bombeiros profissionais e voluntários, possam estar ao serviço das populações com a qualidade, não só técnica, mas também humana. Portanto, esta saudação não é mais do que um reconhecimento a esses e essas pessoas que, por aquilo que diariamente fazem, muitas vezes, além do que era expectável e dos recursos que são postos à disposição. Portanto, não está presente nesta saudação nenhuma valorização político e ideológica, mas um reconhecimento do trabalho desempenhado. Depois, considera que o concelho de Palmela, no âmbito do território nacional, é um bom exemplo de apoio descentralizado às ações de prevenção e formação, às ações no terreno, aos agentes de proteção e em especial, dos corpos dos homens e mulheres das 3 associações de bombeiros e por isso, não contam com o PS para fazer a estes homens e mulheres, qualquer aproveitamento ideológico ou político, mas para os saudar e combater para que possam ter mais direitos, maior reconhecimento e com mais meios técnicos.

O **Sr. Vereador José Calado** refere que se estão a falar de proteção civil e porque está nessa área há 10 anos, tem de referir aqui que nunca se serviu dos bombeiros para fazer política e se isso acontecesse, rapidamente sairia dos bombeiros. Aliás, está na política apenas há 2 anos e está nos bombeiros há 9 anos, portanto, nada tem a ver com isso. Depois, refere que quando apresentam estas saudações sobre a proteção civil e visto que há anos, anda em conjunto com os presidentes das 3 corporações de bombeiros do concelho a lutar para ter novas viaturas, um melhor financiamento, naturalmente que tem de chamar a atenção para a situação em que realmente se encontram as associações de bombeiros, porque precisam de ser apoiados para resolver os problemas. Por isso, acha que não se devem servir politicamente destas situações e

nestas saudações, deveriam estar a reivindicar aquilo que faz falta nas corporações de bombeiros e, o Sr. Vereador Raul Cristovão entenda isto como uma forma de chamar a atenção para uma situação, tal como o Sr. Presidente também o fez, para aquilo é preciso e que o Sr. Ministro, para além de fazer saudações, também faça o restante, o que faz falta e que é o mais importante, para que se possa assistir as populações em condições.

O **Sr. Presidente** refere que estão todos de acordo, saúdam todos os agentes da proteção civil, são vários e recorda que estão a envolver os agentes, a celebrar a data com ações que envolvem, precisamente, o principal pilar que tem sido as associações bombeiros.

Submetida a saudação (Dia Mundial da Proteção Civil) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

• **Coronavírus – Plano de contingência interno** – O **Sr. Presidente** informa sobre o trabalho que tem sido desenvolvido, no âmbito deste novo desafio que se coloca à humanidade, na tentativa de controlar esta questão do coronavírus e, obviamente, ninguém é insensível a esta matéria, por isso, desde a semana passada que a autarquia tem estado a fazer um conjunto de contactos e a reunir informação, para no início da semana, poder começar a implementar o Plano de Contingência para a organização municipal e também numa componente para o resto do concelho. Portanto, o município já possui um plano de contingência interno para o covid-19. Existe um grupo coordenador, ao qual preside, com técnicos e dirigentes da área dos Recursos Humanos, Saúde Ocupacional, Serviço Municipal de Proteção Civil, Educação, Coesão Social e Comunicação. O objetivo deste plano é antecipar e gerir o impacto desta epidemia, garantido uma resposta eficaz e permanente aos trabalhadores e trabalhadoras e, também, formas de não interromper o serviço, em particular, os essenciais prestados aos munícipes. O Plano contempla diversos procedimentos a adotar em função das necessidades de escala e inclui medidas de prevenção e procedimentos a adotar em cenários que impliquem o encerramento de serviços da Câmara ou de uma elevada taxa de absentismo que, eventualmente, possa vir a ser causada por um eventual número de elevado de trabalhadores infetados, tendo em vista, garantir o funcionamento dos serviços básicos à comunidade. Ontem voltaram a reunir e na sequência dessa reunião, as medidas imediatas incidem, sobretudo, no reforço da informação para o exterior e para o interior da organização, todos os serviços têm a partir de hoje, disponível cartazes na intranet, com recomendações e vão passar a ter também o plano com os procedimentos a adotar, caso haja algum incidente crítico. Também está prevista formação a trabalhadores/as, sobretudo os/as que trabalham na área do atendimento presencial pelo Serviço de Saúde Ocupacional. Em relação aos produtos efetuou-se um reforço de stock, com a disponibilização de gel desinfetante para os serviços municipais, porém recorda que o melhor desinfetante continua a ser o sabão azul e branco e

também procederam à abertura de uma caixa de correio interna, para responder a dúvidas relacionadas com o covid-19. O município está a acompanhar as orientações da Direção-geral de Saúde e de outras entidades, sendo que as diversas fases previstas no plano serão ativadas em função das decisões que forem sendo tomadas a nível nacional pelas entidades competentes. Para o exterior, o município tem procurado disseminar informação de carácter geral sobre a matéria, porque parece que alguns agentes da comunidade estão um pouco perdidos, como foi o caso de algumas escolas que pediram apoio e, naturalmente naquilo que é da alçada e competência da autarquia tem sido dado esse apoio e, para os outros estabelecimentos, enfim, parece que as Direções já perceberam que a tutela, o Ministério da Educação irá dizer o que fazer em cada uma das situações.

• **Semana da freguesia de Quinta do Anjo** - O **Sr. Presidente** informa que prosseguindo o ciclo dedicado às freguesias e na lógica de uma governação participada e de proximidade, a próxima semana descentralizada será dedicada à freguesia de Quinta do Anjo, de 16 a 20 de março, com um conjunto de reuniões e visitas programadas, com deslocações a vários locais e empresas, com a realização da reunião de Câmara descentralizada no dia 18, às 21 horas, nas instalações do Clube Popular e Recreativo Cabanense.

• **Projeto para novo troço de ciclovía** – O **Sr. Presidente** informa que foi adjudicado o projeto de execução para um troço de ciclovía e ligação pedonal entre Quinta do Anjo e Cabanas. A intervenção insere-se na rede Ciclop7, uma intervenção que tem vindo a ser feita por fases e por troços. Foram feitas as ligações ao Montijo, estão a trabalhar numa ligação entre Padre Nabeto e Setúbal, integrada no Hub10, está concluída a 1ª fase, desde a entrada do concelho, na rotunda da Rua dos Fazendeiros até à rotunda da Estrada dos 4 Castelos e cuja 2ª fase tem adjudicado, está em vias de ser aprovado, aguarda o parecer da EDP por causa de infraestruturas enterradas. Portanto, esta obra, em concreto, tem também um corredor ciclável que ligará ao aglomerado urbano de São Gonçalo e Cabanas. Na Avenida Visconde Tojal não há possibilidade de criar qualquer corredor ciclável ou pedonal, uma vez que é uma estrada nacional e, portanto, para já vão fazer esta ligação entre a Quinta do Anjo e Cabanas que há muito era reivindicada.

• **Candidatura para requalificação do Monte do Francisquinho, em Pinhal Novo** – O **Sr. Presidente** informa que, finalmente foi aprovada, no passado dia 26 de fevereiro, a candidatura ao Portugal 2020, para a “Requalificação do Monte Francisquinho em Pinhal Novo”. Esta candidatura visa a refuncionalização daquele espaço, em termos socioeconómicos e a criação de recursos comunitários facilitadores da inclusão de públicos em situação de fragilidade social, bem como a sua utilização e dinamização por diversos parceiros e agentes locais,

criando um polo de ação cultural, social e económica em Pinhal Novo. Em termos práticos, com o apoio dos Fundos Comunitários, pretende-se reabilitar e valorizar todo o espaço de forma a disponibilizar uma rede de equipamentos comunitários e recursos diversificados, favorecendo um conjunto de dinâmicas sociais, educativas e culturais, das quais possam emergir competências e potencialidades de pessoas, organizações e associações. Portanto, o Monte do Francisquinho está associado ao conceito de “Aldeia Associativa”, prevendo-se a construção de um “Espaço Hangar”, que inclui um auditório destinado à realização de atividades culturais, um Espaço de Exposições e a criação de Gabinetes de Trabalho, devidamente apetrechados em função das atividades dos residentes. Ao nível do Espaço Exterior, para além do arranjo paisagístico enquadrado na paisagem urbana, será construído um Anfiteatro para a realização de várias iniciativas e a colocação de equipamentos destinados a atividades desportivas de ar livre.

• **Conservação do Chafariz D. Maria I – O Sr. Presidente** informa que o município já tinha aberto um concurso, em dezembro, para a mesma obra, o qual, contudo, ficou deserto. Portanto, foi lançado um novo concurso para a empreitada de conservação do Chafariz D. Maria I, com um preço base mais alto, face aos novos preços praticados nas obras públicas, pelo que espera que a intervenção se venha a concretizar na Primavera.

• **Renovação da frota traz mais qualidade aos transportes escolares – O Sr. Vereador Adilo Costa** informa que o município adquiriu e já tem em funcionamento três novas viaturas de 21 lugares, adaptadas para a realização de transportes escolares. Entretanto, estão a ser adaptadas e chegarão em breve duas novas carrinhas de 9 lugares para o mesmo efeito. Trata-se de um investimento de cerca de 291.000€ na renovação da frota, que visa melhorar a qualidade e eficiência dos veículos usados no transporte escolar e as deslocações ocasionais, como visitas de estudo, transporte para atividades desportivas ou culturais. Neste momento, o município tem 14 viaturas licenciadas para transporte de crianças e jovens. Portanto, só em transporte escolar, o município assegura diariamente, em viaturas municipais, o transporte de 96 crianças distribuídas por 10 circuitos; em viaturas alugadas, 192 crianças em 7 circuitos. São 1092 quilómetros diários feitos em viaturas municipais e 364 quilómetros também diários, feitos em serviços contratados. Cerca de 1500 quilómetros diários em transportes escolares a que se juntam os que são efetuados em carreiras de serviço público.

• **Participação na Bolsa de Turismo de Lisboa 2020 – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** dá nota da presença do município de Palmela, naquele que é o maior certame de promoção turística nacional, a Bolsa de Turismo de Lisboa que vai decorrer este ano, entre os dias 11 e 15 de março, nas instalações da FIL. O município irá distribuir um conjunto de

materiais de promoção turística, irá também no seu programa de animação, valorizar os seus produtos locais e desse programa fazem parte ainda, demonstrações e apresentações do Mercado Caramelo, momentos de artesanato ao vivo e algumas oficinas gastronómicas com destaque para o queijo de Azeitão e promoção de eventos como o Festival do Queijo, Pão e Vinho; a Mostra de Vinhos de Fernando Pó; as Festas de S. Pedro da Marateca; a Feira Comercial e Agrícola de Poceirão; a Festa das Vindimas e o Festival do Moscatel. Refere que vão ser realizadas um conjunto de reuniões com operadores turísticos nacionais e estrangeiros com vista a potenciar a visita do território de Palmela. Destaca ainda, a assinatura do Protocolo de Cooperação entre os Municípios de Guimarães e Palmela, que terá lugar no dia 12 de março, pelas 11h, assim como, a promoção do XV Concurso Ibérico de Gastronomia do Suíno, a realizar em Barcarrota – Espanha, Município geminado com Palmela. Por fim, informa que os municípios de Palmela, Setúbal e Sesimbra vão promover, no dia 12 de Março, a apresentação conjunta do Arrábida Walking Festival – no Trilho Arqueológico.

Recorda que a BTL, no ano passado, teve cerca de 70 mil visitantes, 34 mil profissionais de turismo, que ilustra bem a importância deste certame como a principal montra do turismo português.

• **Comemorações no âmbito do Dia Mundial do Teatro – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que no dia 27 de março comemora-se o Dia Mundial do Teatro, uma data que no concelho de Palmela é tradicionalmente assinalada com programação ao longo de todo o mês de março. Terá lugar um vasto conjunto de espetáculos apresentados por 7 companhias profissionais ao longo deste mês e contará também com a presença dos vários grupos de teatro amador do concelho, que vão estreiar 4 peças. É um programa com uma matriz itinerante e o teatro estará presente e será vivido nas 5 freguesias do concelho com a participação de 12 associações e com a realização de 16 iniciativas.

• **“Março a Partir” – Mês da juventude – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que já se encontra a decorrer o Mês da Juventude – “Março a Partir”, com um conjunto muito alargado de iniciativas construídas em parceria com as associações juvenis, grupos informais, associações de estudantes do concelho, em torno de temas tão diversificados desde o ambiente, a cultura, o desporto, os direitos humanos. É um programa com diversas atividades a ocorrer em todas as freguesias do concelho. Sublinha ainda que estão programadas 62 atividades promovidas por 24 Associações.

• **Simone Fragoso – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que a atleta Simone Fragoso foi convocada pela Federação Portuguesa de Natação para participar na etapa mundial

de natação adaptada, que decorrerá em Sheffield, Inglaterra, entre os dias 7 e 13 de abril. Esta etapa antecede o World Para Swimming European Open Championships, que decorrerá no Funchal, entre os dias 17 e 23 de maio e serão os últimos grandes testes, e também as últimas oportunidades para garantir o apuramento para os Jogos Paralímpicos 2020, que decorrerão em Tóquio, entre 25 de agosto e 6 de setembro.

• **Clássica da Arrábida – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que, recentemente foi apresentada numa conferência de imprensa a realização da 4.ª Edição da Clássica da Arrábida, uma prova que integra várias equipas profissionais, com a participação de cerca de 160 ciclistas profissionais, em representação de cerca de 25 equipas, nacionais e estrangeiras. A prova terá início na Avenida Luísa Todi em Setúbal, com passagem pelo concelho de Sesimbra, e terá a meta localizada na Avenida Dr. Juiz José Celestino Ataz Godinho de Matos, em Palmela. Trata-se de um evento inserido no calendário da União Ciclista Internacional e é promovido em parceria entre os municípios de Palmela, Setúbal e Sesimbra, com a Federação Portuguesa de Ciclismo.

• **Granfondo da Arrábida – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que, nesse mesmo dia, irá realizar-se o Granfondo da Arrábida, uma prova aberta de ciclismo de estrada, na qual se espera uma participação superior a um milhar de pessoas e visa promover esta modalidade desportiva. A iniciativa terá partida e chegada na Avenida Dr. Juiz José Celestino Ataz Godinho de Matos, em Palmela.

• **Prova da Taça de Portugal Femininas / Prova da Taça de Portugal Cadetes – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** destaca a realização de 2 provas importantes no calendário nacional da Federação Portuguesa de Ciclismo que irão realizar-se no concelho de Palmela, a 2.ª Prova da Taça de Portugal Feminina e a 1.ª Prova da Taça de Portugal Cadetes masculinos, no dia 22 de março. Em ambas as provas prevê-se a participação de cerca de 200 ciclistas e trata-se de um evento realizado em parceria com a Câmara Municipal de Palmela e a Federação Portuguesa de Ciclismo.

Face às informações antes prestadas, o **Sr. Presidente** destaca a intensa atividade do Concelho, por bons motivos, cultural e desportivo e aproveita para sublinhar que este conjunto de eventos desportivos, com a presença do ciclismo internacional e o que tem sido feito também no pedestrianismo, no turismo de natureza e atletismo, tem tido um impacto muito significativo no aumento do número de visitantes no concelho, com o preenchimento das vagas de alojamento e restauração, nestas épocas consideradas baixas e foi muito gratificante falar

com alguns agentes económicos, perceber que atualmente estão melhor preparados para receber este tipo de eventos.

Questões apresentadas pelo/a Sr./a Vereador/a José Calado e Mara Rebelo

• **Coronavírus** – O **Sr. Vereador José Calado** refere que o Sr. Presidente referiu que tinha reunido com um conjunto de pessoas do concelho sobre o caso do coronavírus e questiona se os comandantes dos corpos de bombeiros também estão associados a esse gabinete de crise, porque se não estão, acha que deviam estar, aliás, são eles que vão estar mais em contacto com a população quando tiver problemas nessa área. Também o Estado não associou os bombeiros, porque ainda não receberam equipamento de proteção para os bombeiros, nem do ministério, nem de emergência médica, já tentaram comprar, durante a semana passada, equipamentos para os bombeiros e não foi possível localizar equipamentos disponíveis, porque está tudo esgotado, em todo o lado. Portanto, quem está mais exposto a esta situação, são aqueles que trabalham diretamente com os doentes e que têm de os ir recolher a casa, por isso é uma preocupação muito grande, também da parte do comandante do corpo de bombeiros, que neste tipo de prestação de serviços à população, não têm condições para o fazer porque, se os bombeiros vão recolher as pessoas a casa, vão ser as primeiras pessoas em contacto com essas pessoas e, neste momento, não têm o apoio do Estado, mas a autarquia, apesar de não ter responsabilidades na emergência médica, se calhar podia, nesse gabinete, dar uma ajuda nas diretrizes que toma, para se poder chegar esse equipamento rapidamente aos bombeiros.

• **O Cantinho da Milú** – O **Sr. Vereador José Calado** refere que teve conhecimento a proprietária do Cantinho da Milú quis construir uma clinica no espaço que ocupa e que a autarquia não emitiu um parecer favorável, por isso questiona sobre este assunto e solicita uma explicação para saber o que está em causa.

• **Bomba de gasolina à entrada do Pinhal Novo** – O **Sr. Vereador José Calado** refere que, sobre aquela bomba de gasolina na EN 252, na entrada Sul do Pinhal Novo, uma construção que sempre contestou, sobretudo naquele local, aliás recorda que também o Sr. Presidente não estava de acordo na altura, mas depois da obra feita, repara naquela faixa de desaceleração e acha que aquilo não tem condições nenhuma para circular ali e, depois um dia houver uma escassez de combustível no mercado, ali não vai ter condições para formar uma fila de trânsito, porque vai obstruir a via toda. Portanto, questiona se é possível alargar aquela faixa de desaceleração, naquela zona.

• **Falta de uma passadeira na estrada dos Restauradores – A Sra. Vereadora Mara Rebelo** refere que um munícipe alertou para a falta de uma passadeira na Estrada dos Restauradores, em Palmela, no sentido descendente em direção à Lagoinha, porque segundo referiu, existe apenas uma passadeira junto à rotunda do Retiro Azula e existem muitos alunos que se deslocam da zona das Pegarias para a Escola Hermenegildo Capelo e acabam por atravessar a estrada fora da passadeira, que em perigo coloca aquelas crianças, por isso questiona se é possível a colocação de uma passadeira ali para prevenir eventuais acidentes.

• **Planos Municipais para a Igualdade de Género – A Sra. Vereadora Mara Rebelo** refere que o Governo lançou no final do mês de fevereiro, o concurso para a criação dos Planos Municipais para a Igualdade de Género e não discriminação. Estes planos visam responder às necessidades dos territórios e são assentes em indicadores concretos que visam atuar em áreas como a disparidade salarial, factos que referiram aqui, há pouco a propósito da saudação do Dia da Mulher, a segregação sexual das profissões, as medidas de apoio à proteção da violência doméstica e neste sentido questiona, apesar do Sr. Presidente ter referido que o Plano já está em execução, mas em gostaria de saber em que ponto se encontra e se a restante vereação já o poderia consultar.

• **Coronavírus – Plano de contingência – A Sra. Vereadora Mara Rebelo** refere que tinha para a apresentar uma questão sobre o Plano de Contingência, mas já foi explicado pelo Sr. Presidente, por isso nesta fase, espera que não se criem alarmismos desnecessários, aliás quanto mais informação houver, mais os munícipes se irão sentir seguros.

Às questões colocadas pelo/a Sr./a Vereador/a José Calado e Mara Rebelo, são dadas as seguintes respostas:

No que respeita ao Cantinho da Milú, o **Sr. Presidente** menciona que vai dar a palavra à Sra. Vereadora Fernanda Pésinho para esclarecer.

– **Coronavírus** (Assunto apresentado pelo Sr. Vereador José Calado) – O **Sr. Presidente** esclarece que os Srs. Comandantes das corporações de bombeiros não têm de integrar este grupo de trabalho do Plano de Contingência, porque, numa 1ª instância, trata-se de um plano interno para a organização Câmara Municipal que tem 919 trabalhadores, que contacta diariamente com milhares de pessoas. Por isso, cada uma das organizações deve estar devidamente articulada com as suas tutelas, neste caso, com a Administração Interna, tal como na área da educação, as escolas já receberam instruções do Ministério da Educação, tal como na área da saúde e, de facto, os bombeiros fazem esse trabalho e bem, portanto, nesta cadeia da saúde tem de haver um municiamento dos corpos de bombeiros, não só com informação,

formação, mas sobretudo com a disponibilização também desses materiais que, tal como o Sr. Vereador José Calado referiu, mesmo por iniciativa própria encontram dificuldades para encontrar esse tipo de equipamento. Naturalmente que é possível partilhar experiências com os Srs. Comandantes e dar algumas informações de como fazer um plano para o próprio quartel, porque, de facto, é também uma questão de prevenção e defesa dos agentes, neste caso de proteção civil e dos bombeiros que vão ter de estar em primeira linha de atuação. Depois, se alguém tiver um sintoma, vai ser fechado numa sala, ninguém lá mais entra e quem vem prestar auxílio não são os bombeiros, aliás, os bombeiros estão sempre prontos para tudo, mas nesta situação não vão ser mobilizados e espera que não venha a ser necessário chegar a esse ponto. Portanto, há um protocolo de procedimentos e não compete ao município para já, intervir. Cada organização tem de se preparar em 1ª instância, porque é quem pode ajudar a conter e a sustentar uma eventual propagação.

_ Bomba de gasolina à entrada do Pinhal Novo (Assunto apresentado pelo Sr. Vereador José Calado) – O **Sr. Presidente** refere que não referiu que era contra a bomba de gasolina nem contra a sua construção, aliás, o que referiu foi que sempre lutou, do ponto de vista político, como presidente de Junta de Freguesia, como Vereador e como Presidente de Câmara, para que aquele local, que tem usos definidos no Plano Diretor Municipal sobre o que ali se pode fazer, acolhesse um projeto em que se empenhou bastante, um Retail Park que também tinha uma bomba de gasolina e que, na época, foi chumbado, mas por outras razões. Recorda que houve organizações ambientalistas que naquela altura diziam que não havendo captação das águas pluviais iria parar à Ribeira da Salgueirinha e que a iria poluir. Portanto, esse projeto não avançou por dificuldades económicas, sobretudo na Irlanda e em Portugal, o investidor era irlandês e foi por isso que disse preferir outra coisa para aquele espaço. Também já foi aqui esclarecido, não vale a pena a retórica, e acha lamentável, algumas coisas que se têm dito e escrito e outras tantas mais que se têm fabricado nalguma comunicação social acerca daquilo. Depois, foi aqui devidamente clarificado e desafiou autarcas do MIM a fazer as acusações que fizeram, para os poder processar sobre isso, porque em Assembleia Municipal foi dita uma coisa muito deselegante a respeito da CDU e, se calhar, qualquer dia, vai ter de deixar de aguentar determinadas afirmações que são feitas. Portanto, elucida que a bomba de gasolina já foi devidamente explicada, não está no âmbito do licenciamento municipal e aquele acesso é um acesso a uma estrada nacional.

O **Sr. Vereador José Calado** interrompe para questionar se a Câmara não dá parecer nenhum para aquilo?

O **Sr. Presidente** refere que quem dá parecer para aquele acesso são as Infraestruturas de Portugal e, se os autarcas do MIM não conhecem as leis, se ouvem esta mesma explicação

várias vezes, podem igualmente, consultar o processo, por isso não percebe a razão da insistência sobre esta questão.

O Sr. Vereador José Calado interrompe o Sr. Presidente, ambos falam em simultâneo, pelo que não é possível transcrever em ata algumas das intervenções que são feitas.

O **Sr. Presidente** reitera que aquela situação está devidamente licenciada, o município teve o papel que tinha a ter, que foi reunir o conjunto dos pareceres e ver, se do ponto de vista urbanístico, a edificação, os acessos, os depósitos cumpriam o regime jurídico, a legislação e as portarias em vigor. Portanto, o Sr. Vereador José Calado, em vez de fazer insinuações, faça uma queixa.

O **Sr. Vereador José Calado** interrompe para dizer que só estava a fazer uma pergunta e uma vez que o Sr. Presidente sabe dessas coisas todas, tem de o esclarecer, porque se não sabe, tem de perguntar.

O **Sr. Presidente** refere que já esclareceu este assunto.

O **Sr. Vereador José Calado** refere que está a ouvir o Sr. Presidente com toda a atenção.

O **Sr. Presidente** refere que não parece que assim seja, porque está só a interromper.

O **Sr. Vereador José Calado** refere que quando não sabe, gosta de aprender.

O **Sr. Presidente** refere que o Sr. Vereador José Calado já referiu que não gosta de pedagogia e disse-o aqui, portanto, vale a pena documentarem-se porque quando são titulares de cargos políticos, têm responsabilidades e têm de ser responsáveis por aquilo que dizem e, na altura, os autarcas do MIM foram muito deselegantes na forma como colocaram o assunto e continuam a fazer insinuações para criar um pouco de má-língua sobre a matéria e desafia-os a fazer uma queixa na Procuradoria-Geral da República e na Inspeção-geral do Território, porque o município está tranquilo em relação a esta matéria.

O **Sr. Vereador José Calado** refere que já foi uma terceira ou quarta vez ao ministério público fazer queixa de Vossa Excelência.

O **Sr. Presidente** questiona Vossa Excelência?

O **Sr. Vereador José Calado** refere que não foi de Vossa Excelência, foi da vossa área política e o Sr. Presidente tem conhecimento disso.

O **Sr. Presidente** refere que cada um sabe aquilo que faz e sobre aquilo que diz.

O **Sr. Vereador José Calado** refere que têm sido todas arquivadas.

O **Sr. Presidente** refere que não teme a justiça.

_ Falta de uma passadeira na estrada dos Restauradores (Assunto apresentado pela Sra. Vereadora Mara Rebelo) – O **Sr. Presidente** refere que a passadeira que a Sra. Vereadora Mara Rebelo sinalizou é numa estrada nacional, no entanto, o Sr. Vereador Adilo Costa tomará nota, porque, de facto, há miúdos que percorrem aquela ladeira e concorda com essa sugestão, porém, não é fácil levar as Infraestruturas de Portugal a fazer passadeiras em estradas nacionais, sobretudo, em zonas de aceleração, ali é uma descida, tem um entroncamento, mas é difícil e recorda que têm sido efetuadas reuniões com as Infraestruturas de Portugal em todas as semanas dedicadas às freguesias e, por conseguinte, têm alguns resultados, não todos aqueles são desejados, mas por exemplo, na Quinta do Anjo e na sequência da última Assembleia Municipal, as questões que foram colocadas, já têm a confirmação das Infraestruturas de Portugal para ver as questões que justamente os quintajenses, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia e autarquia têm colocado ao longo destes anos e para encontrar uma solução que prefere não revelar ainda, esperando pela semana dedicada à freguesia de Palmela. Quanto à passadeira, de facto, concorda porque é um atravessamento num local, onde não há mais nenhum e considera que justifica-se ali uma passadeira.

_ Planos para a igualdade de género (Assunto apresentado pela Sra. Vereadora Mara Rebelo) – O **Sr. Presidente** refere que quanto ao Plano para a Igualdade de Género, os trabalhos estão em curso, muito bem encaminhados, estava numa fase em que a vereação iria ser convidada a preencher um inquérito e uma entrevista, sem prejuízo de outra recomendação que já têm para alimentar o plano há muito tempo e parou por causa do RGPD, mas deverá ser desbloqueado em breve.

Sobre aquilo que a Sra. Vereadora Mara Rebelo referiu no início, trata-se de algumas candidaturas e o município tem todo o interesse em obter financiamento, porque já fizeram candidaturas no passado, no mandato anterior e, naturalmente, facilita porque sempre resulta em alguma participação para a empresa prestadora de serviço na área da investigação social que está a trabalhar com o município e mesmo para outras medidas. Aliás, recorda que no plano, não tem preocupação com aquilo que se passa na organização, o fundamental é disseminar esse plano em todo o território, em todas as organizações, tal como a formação que foi feita para bombeiros e bombeiras, professores e professoras e nas escolas, considera que ainda há um grande trabalho a fazer nesta área, tendo em conta o ambiente e alguns estereótipos que as crianças e jovens revelam e a violência que está a existir. Pretende-se chegar também às empresas, sobretudo àquelas onde a presença feminina encontra alguns obstáculos e alguma resiliência. Portanto, vão procurar aproveitar essa oportunidade e dá nota que têm sido realizadas reuniões com a responsável da CIG que queria envolver o município num protocolo, mas os municípios não estão muito de acordo sem introduzir alterações, talvez

todos os municípios assinem, de outra forma, não vão conseguir assinar o protocolo, mas isso não impede no trabalho que estão a fazer e que será apresentado à vereação em 1ª instância, logo na fase intermédia, antes da conclusão.

– **O Cantinho da Milú** (Assunto apresentado pelo Sr. Vereador José Calado) – O **Sr. Presidente** refere que vai passar a palavra à Sra. Fernanda Pésinho para um melhor esclarecimento. Acrescenta ainda que compreende o desespero do Cantinho da Milú e a autarquia tem cooperado e apoia financeiramente o Cantinho da Milú, mas é uma questão relacionada com o incumprimento do PDM, a lei é a lei e quem não a cumpre tem perda de mandato.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** agradece a colocação da questão, porque assim possibilita à autarquia a oportunidade de esclarecer aquilo que saiu na comunicação social. Esclarece que o Cantinho da Milú tem um terreno onde prestado um relevante papel de voluntarismo à causa do bem-estar animal e com quem existe, como disse, o Sr. Presidente, um grande relacionamento de proximidade, cordialidade e respeito pelo trabalho daquela Senhora e pela sua Associação como, aliás, com as demais Associações de bem-estar animal do concelho. O terreno em questão está classificado em termos do Plano Diretor Municipal como agroflorestal, categoria II, onde, de facto, não é possível ter o uso de clínica Veterinária que era a pretensão e entenda-se, não é uma clínica Veterinária para dar apoio só aos seus animais, mas sim para uma atividade económica, ou seja, vender serviços. Portanto, em termos de legislação nacional, as clínicas veterinárias têm uma classificação, que é o Código de atividade económica (CAE), neste caso, como serviços e, como tal, em termos de PDM essa pretensão não é compatível com aquele uso.

Por mais do que uma vez, o município transmitiu que por muita boa vontade que tenha em querer ir ao encontro, não pode obviamente, colocar a autarquia e todos os seus eleitos, perante um ato administrativo que, a praticar seria nulo, daria lugar a uma indemnização ao Cantinho da Milú, não produziria efeitos e inclusivamente daria lugar à perda de mandato. Mas com isto, não significa que o município tenha “voltado as costas” ao problema da Sra. Milú e começaram os serviços a trabalhar em várias frentes, uma delas em sede de revisão do Plano Diretor Municipal, uma vez que para além de agroflorestal, há uma área do terreno que é REN – Reserva Ecológica Nacional, o que a agrave a situação, pois interdita a construção e, portanto, o município está a negociar com a CCDR a possibilidade de desafetar essa parte da REN, mas aí depende da boa ou má vontade, aceitação ou não da CCDR e não da autarquia. Por outro lado, mesmo das pequenas bolsas de terrenos públicos que o município ainda tem dos antigos loteamentos, tentou-se encontrar uma solução para o Cantinho da Milú, mas todos devem tentar compreender que uma atividade daquelas, com 800 animais, não é possível colocar em qualquer terreno, não pode ser colocado junto a áreas residenciais que vão criar

transtornos na vida de outros munícipes e, portanto, a bolsa que o município tem não é compatível com aquilo que a Sra. Milú precisa. Refere ainda que compreende a situação e, de facto, há um terreno na Quinta do Anjo, mas a logística que o Cantinho da Milú tinha de fazer com os animais era incompatível e gastaria parte do seu rendimento no percurso, pelo que seria ótimo adquirir um terreno contíguo ao existente. Uma outra questão sobre esta situação está relacionada com a pretensão em si, ou seja, uma clínica veterinária e também comércio, ora, a legislação específica de clínicas veterinárias proíbe a acumulação das atividades, ou seja, a clínica tem de ser só clínica e não pode haver intercomunicabilidade com qualquer outra atividade. Embora aquele amor, aquela paixão que a Dona Milú tem pelos animais seja muito grande o que, de alguma forma tem sido uma barreira mental que condiciona a perceção da realidade jurídica. E, ninguém está acima de ordenamento jurídico vigente e, portanto, o município está a fazer tudo o que pode, tende ir ao encontro do sonho, mas está a ser difícil. Acrescenta ainda que é este ordenamento jurídico que impossibilita muitas das vezes, como dizia há pouco o Sr. Presidente, a tal bomba de gasolina, por muito que quisessem ter outra coisa, a partir do momento em que cumpre a legislação, a autarquia está obrigada a licenciar, porque as causas de indeferimento são taxativas, não são aquelas que todos gostariam, porque o facto de não gostar, não chega, se cumpre a legislação tem de ser aprovado.

O **Sr. Vereador José Calado** agradece a explicação da Sra. Vereadora Fernanda Pésinho senhor vereador e do Sr. Presidente sobre esta matéria, porque estas perguntas devem ser feitas aqui, naturalmente que os Srs. Vereadores responsáveis pelos pelouros devem responder a estas perguntas e, é importante que isso aconteça, até para fazer chegar essa informação à população. Depois também agradece a disponibilidade do município para resolver o problema da Sra. Milú, porque está a tentar resolver o problema da senhora.

— **Planos para a Igualdade de Género** (Assunto apresentado pela Sra. Vereadora Mara Rebelo) – O **Sr. Vereador Adilo Costa** sobre a questão apresentada pela Sra. Vereadora Mara Rebelo refere que há uma outra situação paralela e que está a “marcar passo”, ou seja, uma proposta por três municípios, Palmela, Setúbal e Sesimbra, de uma candidatura conjunta junto da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, no sentido de criar um serviço itinerante, mas com sede no Monte Francisquinho, nomeadamente o serviço de atendimento a vítimas de violência. Portanto, quando a candidatura chegou à península de Setúbal, depois da candidatura apresentada pelo município do Barreiro e Moita, acabou por ficar em “banho-maria”, entretanto, o Governo anterior cessou as suas funções, iniciou um novo e, considera que estão reunidas as condições para retomar essa candidatura rapidamente, ainda que pretendam reunir com os municípios de Palmela, Setúbal e Sesimbra separadamente, algo que não compreende, quando se trata de um projeto conjunto, mas, enfim, seja em separado ou em conjunto, o importante é avançar com esta candidatura, que para além da candidatura à Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, está incluído na candidatura o Monte

Francisquinho, portanto, é algo que está planificado, está preparado e que aguarda uma resposta.

RETIRADA DO PONTO 2 DA ORDEM DO DIA

O **Sr. Presidente propõe** a retirada do Ponto 2 da Ordem do Dia:

PONTO 2 – Processos disciplinares nºs. 8 e 9/2019 – Aplicação de sanção disciplinar.

Aprovada, por unanimidade, a retirada do Ponto 2 da Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – 2.ª Alteração Permutativa ao Orçamento 2020 e Grandes Opções do Plano 2020-2023 - Ratificação.

PROPOSTA N.º DAFRH 01_05-20:

«A 2.ª Alteração Permutativa ao Orçamento 2020 e Grandes Opções do Plano 2020-2023 tem como finalidade proceder ao reforço de dotações com insuficiência de verbas para acomodar encargos transitados do ano de 2019 e cuja liquidação se considera imperiosa para assegurar o cumprimento da Lei dos Compromissos em Atraso, bem como, o reforço de ações com dotação insuficiente de modo a possibilitar a adjudicação de procedimentos concursais urgentes, nomeadamente:

As situações em causa referem-se a:

1. Reforço da dotação da ação Edifícios Municipais – Manutenção e Conservação: para permitir a realização de diversas reparações em edifícios e equipamentos municipais;
2. Reforço da dotação da ação Aquisição e Licenciamento de Software: para permitir a implementação da faturação eletrónica, de acordo com obrigação legal;
3. Reforço da dotação da ação Beneficiações Diversas: para permitir a realização de intervenções imediatas nas EB Alberto Valente e Brejos do Assa e JI de Lagameças;
4. Inclusão de nova ação Estratégia Local de Habitação: para permitir a aquisição de estudos no âmbito da estratégia local de habitação;

5. Reforço da dotação da ação Regularização da Ribeira da Salgueirinha: para permitir a aquisição de parcela de terreno;
6. Reforço da dotação da ação Controlo de Qualidade: para possibilitar o lançamento do procedimento para a monitorização da qualidade da água de acordo com obrigação legal;
7. Reforço das dotações de diversas ações do projeto Espaços Verdes/Paisagismo: para permitir a aquisição de herbicida e aquisição de árvores para reposição em Vale Flores;
8. Reforço da dotação da ação CICLOP7 – Rede Ciclável da Península de Setúbal – Concelho de Palmela: para possibilitar a adjudicação do projeto de execução do troço Quinta do Anjo-Cabanas.

Foram, igualmente, introduzidos outros acertos sem expressão relevante nos documentos em apreciação.

A compensação destes reforços foi efetuada com a diminuição da dotação das ações cujas verbas não serão necessárias utilizar nos primeiros meses do ano e que serão repostas na 1.ª revisão aos documentos previsionais, com a inclusão do saldo de gerência de 2019.

O valor desta alteração é de 326.210,00 € (trezentos e vinte e seis mil, duzentos e dez euros), e representa 0,69% do Orçamento em vigor.

Tendo em consideração que as modificações enunciadas eram imprescindíveis para a realização de atos e procedimentos inadiáveis, e devido à impossibilidade de reunir o executivo municipal em tempo útil, a presente alteração, elaborada ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, foi aprovada por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 20/02/2020, ao abrigo do nº 3, do artigo 35º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Assim, ao abrigo da legislação já referida, **propõe-se** a ratificação da aprovação da 2.ª Alteração Permutativa ao Orçamento 2020 e Grandes Opções do Plano 2020-2023, documento que se anexa.»

Sobre a proposta de 2.ª Alteração Permutativa ao Orçamento 2020 e Grandes Opções do Plano 2020-2023 – Ratificação numerada DAFRH 01_05-20 intervém:

O **Sr. Presidente** sumariamente esclarece que a 2.ª alteração permutativa ao orçamento 2020 e Grandes Opções do Plano 2020-2023 - ratificação, visa proceder ao reforço de dotações com insuficiência de verbas para acomodar encargos transitados do ano de 2019 e cuja liquidação se considera imperiosa para assegurar o cumprimento da Lei dos Compromissos em atraso e diversos reforços de ações com dotação insuficiente de modo a possibilitar a adjudicação de procedimentos concursais urgentes, nomeadamente criar reforço da dotação da ação edifícios

municipais, manutenção e conservação; aquisição de licenciamento de software por causa de uma implementação de faturação eletrónica de acordo com a obrigação legal e pequenos reforços para intervenções imediatas em EB Alberto Valente, Brejos do Assa e JI de Lagameças; inclusão de nova ação Estratégia Local de Habitação, para permitir a aquisição de estudos no âmbito da estratégia local de habitação a entidades externas; reforço da dotação da ação Regularização da Ribeira da Salgueirinha, para permitir a aquisição de parcela de terreno, cujo diferendo foi finalmente ultrapassado; reforço da dotação da ação Controlo de Qualidade, para possibilitar o lançamento do procedimento para a monitorização da qualidade da água de acordo com obrigação legal; reforço das dotações de diversas ações do projeto Espaços Verdes/Paisagismo, para permitir a aquisição de herbicida biológico e aquisição de árvores para repor em Vale Flores e outros espaços verdes do concelho; reforço da dotação da ação CICLOP7 – Rede Ciclável da Península de Setúbal – Concelho de Palmela, para possibilitar a adjudicação do projeto de execução do troço Quinta do Anjo-Cabanais. Foram ainda, feitos outros acertos nos documentos em apreciação, sem grandes variações e pouco significativos. Portanto, trata-se de uma alteração pouco significativa, com o valor de 326.210,00€ e que representa 0,69% do Orçamento em vigor. Depois, por não ter sido possível apresentar a proposta antes e por ter sido necessário abrir procedimento no dia seguinte, refere que aprovou por despacho e ao abrigo da legislação, tem de ser apresentada a ratificação em reunião de Câmara.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E COESÃO SOCIAL

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Transferência financeira para o Agrupamento de Escolas José Saramago – despesas de funcionamento com o edifício do 1.º ciclo (água, eletricidade e gás) – Ano letivo 2019/2020.

PROPOSTA N.º DECS_DE 01_05-20:

«No âmbito das suas atribuições e competências, o município de Palmela suporta as despesas com água, eletricidade e gás correspondentes ao edifício do 1.º ciclo do ensino básico, integrado na EB José Saramago – do Agrupamento de Escolas José Saramago, Poceirão.

Neste sentido, o município custeia aquelas despesas, de acordo com os consumos realizados e apresentados pela Direção do Agrupamento, bem como considera o número de alunos que frequentam o 1.º ciclo do ensino básico da escola, em cada ano letivo.

O valor mensal da despesa mantém-se nos € 1.500,00 (mil e quinhentos euros), mensais.

Assim, de acordo com a alínea ee), do n.º 1, do art.º 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** que seja atribuído um apoio financeiro ao AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JOSÉ SARAMAGO, no valor de € 18.000,00 (dezoito mil euros), destinado a financiar os encargos com água, eletricidade e gás do edifício do 1.º ciclo da EB José Saramago, correspondente ao ano letivo 2019/2020.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

DIVISÃO DE BIBLIOTECAS E PATRIMÓNIO CULTURAL

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 4 – Tarifa de inscrição no 17.º Curso sobre Ordens Militares.

PROPOSTA N.º DCDJ_DBPC 01_05-20:

«O 17.º Curso sobre Ordens Militares, subordinado ao tema «**Casas das Ordens Militares**», irá realizar-se nos dias 18 e 19 de abril. É uma coorganização do Município de Palmela através do Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago (GEsOS) e do IEM – Instituto de Estudos Medievais da FCSH/Universidade Nova de Lisboa.

A consultadoria científica é da responsabilidade do Professor Doutor Luís Filipe Oliveira, do IEM – FCSH – Universidade Nova de Lisboa.

Os trabalhos teóricos decorrerão no primeiro dia, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela. No segundo dia irá realizar-se uma visita ao Mosteiro da Batalha.

Por forma a compartilhar as despesas de realização do Curso, e ao abrigo da alínea e), do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se**:

- a) aplicação de uma tarifa de € 10,00 (dez euros) para o público em geral, com uma redução dessa tarifa em 50 %, isto é, no valor de € 5,00 (cinco euros) para alunos e professores de fora do concelho, membros dos GEsOS e sócios do Grupo de Amigos do Concelho de Palmela;
- b) inscrição gratuita para professores que lecionem em estabelecimentos de ensino do concelho e para alunos que residam ou estudem no concelho de Palmela, e para alunos da FCSH - UNL e membros do IEM;
- c) desconto de 10% nas tarifas mencionadas na alínea a) para portadores do Cartão Municipal IDADE MAIOR e do Palmela Tourist Card.

As tarifas estão isentas de IVA, de acordo com o n.º 14.º do artigo 9.º do Código do IVA.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E TURISMO

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 5 – Protocolo de Cooperação entre os Municípios de Palmela e Guimarães.

PROPOSTA N.º DDET 01_05-20:

«O Município de Palmela, no quadro da sua estratégia de desenvolvimento turístico, tem trabalhado na criação e sedimentação de parcerias e redes de networking entre diferentes agentes associativos, cooperativos, empresariais e institucionais. No contexto deste trabalho, destaca-se nomeadamente o Protocolo de Cooperação celebrado em 2015 com o Município de Silves, localizado na primeira região turística de Portugal. Decorridos 5 anos, considera-se que é chegado o momento de firmar uma parceria para a dinamização turística de Palmela, na região Norte do país, tendo-se identificado o Município de Guimarães como parceiro para a criação dessas sinergias.

O Município de Guimarães encontra-se intimamente associado à fundação de Portugal, tendo em 2001 o seu centro histórico sido classificado Património Cultural da Humanidade, pela UNESCO. A requalificação do centro histórico contribuiu para alavancar inúmeras dinâmicas económico-sociais, turísticas e culturais que catapultaram a cidade para um elevado reconhecimento nacional e internacional. Em 2012, Guimarães foi Capital Europeia da Cultura, consolidando a sua forte expressão na qualidade e diversidade de eventos culturais. Mais recentemente, em 2017, apresentou-se como o Município mais sustentável de Portugal.

A celebração de um Protocolo de Cooperação para a dinamização turística entre o Município de Palmela e um dos mais atrativos territórios do Norte de Portugal, constituir-se-á, assim, enquanto instrumento para a partilha de conhecimentos, adoção de boas práticas e promoção do Município de Palmela, contribuindo igualmente para o desenvolvimento de ações que se interligam com a regeneração urbana e a sustentabilidade ambiental.

O Protocolo de Cooperação terá a duração de dois anos, renovável por iguais períodos, e o Plano de Ação traçado prevê, entre outras, a presença daquele Município no Fórum Turismo de Palmela; a organização de uma visita de benchlearning de produtores vitivinícolas de Guimarães ao concelho de Palmela; a participação de Palmela na Feira Afonsina e a partilha de materiais promocionais em ambos os Postos de Turismo.

Face ao exposto, e em conformidade com a alínea t) do nº 1 do art.º 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** a aprovação do Protocolo de Cooperação entre os Municípios de Palmela e Guimarães, cuja minuta se anexa e faz parte integrante da presente proposta.»

Sobre a proposta de Protocolo de Cooperação entre os Municípios de Palmela e Guimarães numerada DDET 01_05-20 intervém:

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que o compromisso vertido nesta proposta de protocolo prevê entre ambos os municípios, a partilha de boas práticas ambientais, a potenciação de produtos turísticos, divulgação e promoção turística de eventos, a criação de programas e roteiros turísticos, nomeadamente entre castelos; prevê igualmente o incentivo à cooperação entre os agentes turísticos dos dois territórios, com vista a criar uma rede parceiros que colaborem entre si, na promoção e desenvolvimento turístico dos 2 concelhos; pretende contribuir para a notoriedade das marcas de Guimarães e Palmela através da realização de ações de marketing que promovam, em cada local, a oferta de ambos os municípios e, prevê a realização de um conjunto de ações que contribuam para dinâmicas que interliguem, através de iniciativas e projetos imateriais, os centros históricos de Palmela e Guimarães enquanto destinos turísticos. Sublinha que este protocolo visa o desenvolvimento de ações que fomentem a partilha de conhecimento técnico, através da presença em várias iniciativas e a possibilidade de propositura de candidaturas, ou seja, fontes de financiamento que permitam melhorar a atratividade e permanência dos turistas em ambos os territórios.

Refere ainda, que nas primeiras reuniões que manteve com a congénere Vereadora do Turismo do município de Guimarães, sentiu desde logo, um sinal de abertura muito forte para o estabelecimento deste protocolo de cooperação e para a concretização de um plano de ação, a concretizar em conjunto pelas equipas técnicas dos dois municípios e acredita que é um sinal muito importante, para o desenvolvimento turístico do concelho de Palmela, para a afirmação, nossos produtos e produtores no Norte do país e, em concreto, no concelho de Guimarães.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 6 – Atribuição de apoio financeiro à Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida para realização da 26.ª edição do Festival Queijo, Pão e Vinho.

PROPOSTA N.º DDET 02_05-20:

«Na sua 26ª edição, o Festival Queijo, Pão e Vinho é uma iniciativa que marca o concelho de Palmela como terra de produtos de qualidade e que já ganhou um lugar de destaque no calendário da região, como o primeiro grande evento e o mais saboroso. A sua já longa história é feita dos sucessos dos participantes que ali marcam encontro todos os anos e que não passam sem vir ao festival apresentar as suas novidades.

O festival é um projeto que faz parte das apostas da Câmara Municipal de Palmela na sustentabilidade e na ruralidade do território e é um elemento fulcral no desenvolvimento turístico do nosso concelho.

Este ano, o Festival Queijo, Pão e Vinho realiza-se a 3, 4 e 5 de abril, na sua casa habitual e sob a organização da Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida – ARCOLSA, que assume a sua organização desde 2007 em conjunto com representantes do setor vitivinícola, da panificação e doçaria e com a participação e o apoio da câmara municipal.

O festival tem como principais participantes, os produtores de queijo, pão, vinho e doçaria regional, que ali apresentam e vendem alguns dos melhores produtos desta região.

Para a Câmara Municipal de Palmela, a promoção de produtos tradicionais é determinante para a preservação dos ecossistemas rurais e no processo de desenvolvimento sustentável do território.

Atendendo às características únicas do Festival Queijo, Pão e Vinho, cuja organização complexa exige um vasto conjunto de recursos, a Autarquia **propõe-se**, para além dos apoios logísticos e técnicos que já assegura, num montante estimado na ordem dos € 9.300,00 (nove mil e trezentos euros), e de acordo com o disposto na alínea u) nº 1 do art. 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, atribuir um apoio financeiro de € 4.000,00 (quatro mil euros) à Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida, por forma a contribuir para a realização e organização deste evento.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** pergunta se há Munícipes para intervir neste período.

Sra. Lara Chaves (1.) – Processo 592/65

Cumprimenta os presentes e refere que é a primeira vez que participa numa reunião de Câmara, ficou muito agradada e o motivo pelo qual veio à reunião, é porque tem um projeto a decorrer na Câmara Municipal de Palmela, há algum tempo e, está um pouco desesperada porque, apesar de ser atendida por pessoas espetaculares no front office, com técnicos fabulosos, um atendimento presencial muito bom, contudo e sabendo que havia esta possibilidade de poder falar publicamente, vem solicitar ajuda aos responsáveis de toda a estrutura em relação ao processo 592/65 que, começou por uma comunicação prévia e aguarda licença de utilização há alguns meses. Refere que não sabe mais o que fazer, as pessoas que a têm atendido também não e, por isso pede ajuda.

Sra. Anabela Lopes (2.) – Processo E-955/11

Cumprimenta os presentes e refere que teve um processo para aprovação de construção de uma moradia na urbanização Casas da Quinta, a construção ficou terminada sensivelmente há 6 anos, entretanto andou um ano e meio atras do arquiteto para conseguir as telas finais e sublinha que o atraso dos 6 anos não é só da autarquia, depois, quando conseguiu as telas finais o seu esposo adoeceu e, infelizmente as suas prioridades foram completamente alteradas, tendo falecido em setembro de 2018. Em novembro teve de se mexer e começou por se dirigir à autarquia para perguntar o que é era preciso, o que faltava e o que tinha de fazer para retomar o processo, até porque não tinha os contactos do arquiteto, portanto, não foi fácil.

Depois de questionada pelo Sr. Presidente, a Sra. Anabela Lopes refere que se trata do processo n.º E-955/11.

Refere que marcou uma reunião e pensando que iria conseguir resolver o problema, mas ficou ainda com mais problemas por resolver, mas, depois de muito esforço, conseguiu reunir a documentação que era pedida, o certificado energético, o termo de responsabilidade do arquiteto, que afinal não tinha pago na ordem, mas enfim, conseguiu e no ano passado, em fevereiro, ter processo todo. Três meses e meio depois, recebeu um ofício da autarquia a dizer que faltava ainda uma série de documentação, que compunha duas páginas e, enfim, começou novamente, com a ajuda do diretor da obra que a acompanhou nas reuniões e ressalva que também havia uma falha da sua parte, sobretudo na questão da piscina, que por ter decidido fazer mais tarde, achava que não precisava de licenciamento embora tenha pago às finanças, não informaram a autarquia. Entretanto, entregou toda a documentação solicitada a 27 de dezembro de 2019, mas até à data não teve resposta e, apesar de saber que há um problema com as acessibilidades da casa de banho, porque faltam os centímetros, não sabe bem onde, infelizmente, foi a casa de banho utilizada pelo seu marido que tinha ficado tetraplégico no último ano de vida e, portanto, sabe que a cadeira que se usa na casa de banho entra e sai sem dificuldades. Depois, teve de sair daquela casa porque era uma casa grande, tem o filho na Polónia, a filha em Lisboa e preferiu ficar com pessoas amigas. Refere que tem compradores para a casa, mas infelizmente não consegue fazer a escritura porque não consegue a aprovação da Câmara Municipal e segundo parece, e sem desvalorizar, pois sabe que as autarquias existem para cumprir a lei, fazer cumprir a lei e também sabe que, se calhar, não devia dizer isto, se ultrapassarem esta questão, provavelmente estão a criar um precedente, mas ainda assim, vem apelar para a boa vontade e pedir uma resposta.

O **Sr. Presidente** concede a palavra à Sra. Vereadora Fernanda Pésinho.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** no que se reporta às intervenções das Sras. Múncipes (1.) e (2.) menciona o seguinte:

. Relativamente às duas questões que foram aqui colocadas, aquilo que é comum a ambas está relacionado com os timings e por isso, enquanto autarca responsável pelo pelouro e em nome da autarquia, pede imensa desculpa porque, de facto, tem havido muitos constrangimentos de pessoal, o município não tem conseguido obter o sucesso necessário nos seus processos de recrutamento e isto acaba por se repercutir naquilo que é a vossa vida, mas há um grande empenho de todos os trabalhadores e trabalhadoras, que estão a fazer o máximo possível, muitas das vezes trabalhando até muito tarde para libertar algum passivo. Entretanto, já apontou o registo dos processos e a secretária de vereação vai solicitar o vosso contacto e assumir aqui um compromisso.

Em relação à última questão, mesmo antes de chegar à reunião de Câmara, acabou por despachar o processo da Sra. Anabela Lopes que conseguiu identificar pela situação e relativamente à piscina está ultrapassado mas em relação à lei das acessibilidades, é uma questão que também, aparentemente como dizia e bem, quando compreende que a questão pode parecer um problema pequenino, mas não é, porque se a autarquia licenciar algo em violação dessa lei, a seguir vai transmitir o seu imóvel a alguém e, esse alguém pode ter uma pessoa com cadeira de rodas que poderá não conseguir utilizar as instalações sanitárias de forma adequada e pode pedir responsabilidades à autarquia, portanto, o eleito e os técnicos que se responsabilizam e que teriam posteriormente indemnizar. Refere ainda que a notificação que irá receber, é no sentido provável de indeferimento, mas pareceu ser um pormenor que aparentemente tem solução, por aquilo que falou com o Diretor de Departamento, portanto, convida também a Sra. Anabela Lopes a deixar o seu contacto com a secretária de vereação, porque certamente, será um problema que é possível ultrapassar.

Ainda, a propósito das intervenções das Sras. Múncipes (1.) e (2.), o **Sr. Presidente** refere que, desde janeiro, o município tem estado a recuperar um passivo que se acumulou. Por um lado, felizmente tem havido muito trabalho, com a retoma económica do sector imobiliário no concelho e, para além de situações novas, a regularização de processos antigos demoram muito tempo, por esse facto, às vezes há erros de instrução processual. Neste momento, o compromisso e principal esforço, tem sido responder rapidamente quando o processo está mal instruído, para que as pessoas não estejam à espera 6 meses para saber o que está em falta no processo. Depois, quando a Sra. Lara Chaves falou de um processo do ano 1965, até estranhou ser uma comunicação prévia e não um licenciamento, mas, enfim, não vai fazer nenhum juízo de valor, porque só quando analisa o processo é que percebe que há situações distintas como, aliás, as dificuldades que a Sra. Anabela Lopes teve com os seus técnicos.

Refere que foi positiva a vinda de ambas as munícipes à reunião e ressalva que em reunião de Câmara não têm toda a informação para poder esclarecer com pormenor cada questão, mas ainda assim, vão procurar esclarecer em sede de atendimento.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho**, em relação ao processo da Sra. Anabela Lopes, refere que, as situações, por vezes, são complicadas, há um esforço da parte dos técnicos da autarquia para tentar facilitar e, depois em conjunto refletem. De facto, como a Sra. Anabela referiu, a cadeira de rodas circula pela casa de banho, mas não consegue ir até à sanita, por isso coloca a questão no caso de um deficiente que viva sozinho consegue circular, mas não consegue chegar à instalação sanitária que precisa de utilizar, por isso é um pormenor, mas que faz toda a diferença, daí a necessidade de haver um afastamento entre as loiças sanitárias para que a cadeira de rodas se desloque nesse espaço.

O **Sr. Presidente** refere que fica este compromisso de se procurar esclarecer ambas as questões apresentadas.

• **Data da próxima reunião de câmara** – O **Sr. Presidente** relembra que a próxima reunião de câmara realiza-se no dia 18 de março, pelas 21.00 horas, na sede do Grupo Popular e Recreativo Cabanense, no âmbito da *semana da freguesia de Quinta do Anjo*.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezassete horas e treze minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco